

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS REALEZA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**GABRIEL LOQUETI OLIVEIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS INVISÍVEIS:**  
**A INSEÇÃO DO ESTADO PERANTE A COMUNIDADE LGBTQIAP+**

**REALEZA**

**2023**

**GABRIEL LOQUETI OLIVEIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS INVISÍVEIS:  
A INSCRIÇÃO DO ESTADO PERANTE A COMUNIDADE LGBTQIAP+**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Mariane Inês Ohlweiler

**REALEZA**

2023

# **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS INVISÍVEIS:**

A isenção do Estado perante a comunidade LGBTQIAP+

## **PUBLIC POLICIES FOR INVISIBLE GROUPS:**

The exemption of the State towards the LGBTQIAP+ community

Gabriel Loqueti Oliveira  
Prof. Dra. Mariane Inês Ohlweiler

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Segurabilidade e visibilidade LGBTQIAP+, Pessoa LGBT,

Keywords: Public Policies, Insurability and LGBTQIAP+ visibility, LGBT person,

### Resumo:

O presente trabalho tem como temática central realizar uma análise das políticas públicas para grupos que sofrem invisibilização do Estado ao decorrer da história, mais especificamente do grupo LGBTQIAP+. A discussão principal parte de um recorte histórico e social da criação, implementação e efetividade de políticas públicas voltadas para a diversidade sexual no Brasil. Para tanto, serão analisados os fatores que levam à inaplicabilidade e invisibilização de tais políticas. Serão explanados teoricamente os conceitos de: saúde, bem-estar, direitos e cidadania. A metodologia adotada foi de cunho qualitativo, com o uso de revisão documental, iniciando-se a partir do ano de 1930 até os dias atuais. As análises envolveram periódicos da CAPES, documentos legais, projetos de políticas públicas e anais das Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, as quais ocorreram no Brasil nos anos de 2008, 2011 e 2016.

### Abstract:

The present work has as its central theme to carry out an analysis of public policies for groups, which have suffered invisibility from the State throughout history, more specifically the LGBTQIAP+ community. The main discussion departs from a historical and social perspective on the creation, implementation and effectiveness of public policies aimed at sexual diversity in Brazil. Therefore, the factors that lead to the inapplicability and invisibilization of such policies will be analyzed. Theoretically, the concepts of: health, well-being, rights and citizenship will be explained. The adopted methodology was qualitative, with the use of document review, starting from 1930 to the present day. The analyzes involved legal documents, public policy projects and proceedings of the National Conferences of Gays, Lesbians, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals, which took place in Brazil in 2008, 2011 and 2016

## INTRODUÇÃO

“Imagine a seguinte situação: Duas pessoas andando tranquilamente em uma rua qualquer, quando de repente, ambas sofrem um ataque e são espancadas até a morte sem que possam se defender de qualquer forma, e o motivo é o mais chocante, “ódio ao amor”. Pode parecer algo cruel, distante e fora da realidade, contudo, caso você seja LGBTQIAP+, sigla a qual engloba a comunidade de lesbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não binários, queer, gênero fluido, dentre todas as formas de expressão da sexualidade que destoe da heteronormativa, isso te torna mais um dado estatístico.”

O Brasil lidera solidamente o ranking mundial de homicídios motivados por LGBTfobia, crime o qual se enquadra a partir da violência contra pessoas que fuja da tida normatividade da sexualidade, sendo essa trazida por Foucault como um dispositivo histórico, o qual não esteja à realidade subterrânea que se aprende em meio a dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de

saber e poder. O número de mortes por esse crime de ódio é maior do que em países onde expressões de sexualidade que fujam da heteronormativa binária são crimes, muitas vezes “punidos” com a morte, como a título de exemplo o Arábia Saudita, Brunei, Iêmen, Irã, Mauritània e Nigéria. Considerando tais dados assombrosos, torna-se indubitável a necessidade de políticas públicas que visam dar assistência a uma parte da população tão marginalizada e violentada. Contudo, o Brasil carece muito de medidas que busquem ampliar e melhorar a qualidade de vida dessa comunidade, sendo inegável a necessidade da criação e da garantia da aplicabilidade de políticas de saúde e bem-estar físico, social, psicológico, segurança, educação entres tantas outras áreas que impactam a vida. (Assessoria de Comunicação do IBDFAM).

A título de exemplo, trago a frase verbalizada pela participante Lina Pereira dos Santos, também conhecida como Linn da Quebrada, cantora, compositora, atriz, travesti e ativista social brasileira, a qual esteve no elenco de um programa televisivo de grande audiência e repercussão nacional (BBB - Big Brother Brasil 2022<sup>1</sup>) “*Quando vão me acolher? Quando que a minha dor vai valer alguma coisa? Quando que cada vez que me matam vai valer de alguma coisa? Porque cada vez que fazem isso é como se ignorassem a minha existência. Você sabe o que é isso?*”, fala expressa por ela após sofrer transfobia durante o programa. A partir de tal situação podemos perceber como essas pequenas violências levam à invisibilização e morte da subjetividade do indivíduo diariamente. Discursos presentes em programas midiáticos são reflexos de preconceitos presentes em diferentes contextos sociais.

A partir disso, o presente trabalho teve como objetivo pesquisar as políticas públicas brasileiras de diversidade sexual e inclusivas para a comunidade LGBTQIAP+; buscar histórico das políticas públicas voltadas para diversidade sexual no Brasil; analisar documentos federais relacionados a políticas públicas brasileiras; traçar fatores que levam a inaplicabilidade ou inexistência de políticas públicas no território nacional.

Para uma melhor compreensão deste trabalho é preciso definir e conceituar: políticas públicas, bem-estar e saúde. Por políticas públicas podemos definir sua totalidade de ações, metas e planos criados pelos governos, sejam nacionais, estaduais ou municipais, com o intuito de alcançar o bem-estar. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) é a “percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto cultural e sistemas de valores nos quais ela vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. A saúde por sua vez é definida pela OMS como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, assim com o direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos (OMS, 2000).

Em relação ao presente trabalho, este tem como objetivo geral pesquisar e analisar políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIAP+ e como objetivos específicos: traçar fatores de exclusão dessa comunidade em relação à políticas públicas de acesso à saúde, segurança e bem-estar físico, psíquico e social; pesquisar e analisar políticas públicas brasileiras de diversidade sexual e voltadas para a comunidade LGBTQIAP+; buscar histórico das políticas públicas voltadas para diversidade sexual no Brasil; analisar documentos federais relacionados às políticas públicas brasileiras, traçar

---

<sup>1</sup> BBB: Reality show tradicional na televisão Brasil, sendo um dos programas mais lucrativos de uma das maiores emissoras brasileiras.

fatores que levam à inaplicabilidade ou à inexistência de políticas públicas no território nacional. Além de buscar responder se a invisibilização da cidadania das pessoas LGBTQIAP+ é um dos fatores de exclusão dessa comunidade em relação às políticas públicas de acesso à saúde, segurança e bem-estar físico, psíquico e social.

## DESENVOLVIMENTO

No ano de 1948 foi elaborada e assinada pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas, do qual o Brasil faz parte, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Contendo ao todo 30 artigos que tem como principal propósito delinear os direitos básicos do indivíduo, como por exemplo, liberdade religiosa, de expressão e sexual, já em seu primeiro artigo está descrito que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Seguindo os moldes da DUDH em 1997, a *World Association for Sexual Health* (WAS – Associação Mundial pela Saúde Sexual) vem com a elaboração e construção da primeira Declaração dos Direitos Sexuais, promulgada no 13º Congresso de Sexualidade realizado em Valência localizada na Espanha. O documento é composto por algumas afirmações e 16 artigos, os quais buscam promover a igualdade e liberdade sexual, sendo reconhecida a sexualidade como um direito universal humano que a abrange como uma característica central do ser, que acompanha o indivíduo do seu nascimento até o final da vida, abrangendo aspectos como sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução.

A construção do preconceito e marginalização da comunidade LGBTQIAP+ no ocidente parte majoritariamente de ideologias religiosas, principalmente do cristianismo, islamismo e catolicismo, segundo as quais qualquer expressão de sexualidade que destoa do padrão binário heterossexual, dito como "normal", é vista como pecaminosa, imoral e suja. Com o avanço das religiões judaico cristãs na América, através do processo de colonização e catequização dos padres jesuítas, o Brasil acaba adotando tais preconceitos em sua construção de sociedade. Através dessas construções preconceituosas, hoje vemos os reflexos na sociedade atual, como podemos perceber pelos altos índices de crimes violentos incitados por preconceito, a constante tentativa de invisibilização e violências médicas sofridas por pessoas transexuais, travestis, não binárias (FROEMMING et al, 2010).

Para compreender de maneira mais ampla e completa a importância e os impactos que as políticas públicas causam na sociedade é preciso entender primeiro o que é cidadania. Nossa Constituição Federal de 1988, traz a definição de cidadania como uma equivalência a todos os direitos e obrigações decorrentes da nacionalidade, bem como um sentido estrito referente à participação no governo. Já em um termo jurídico podemos definir cidadania como condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política (LEITE, 2019).

As políticas públicas foram criadas como ferramentas para que o Estado assumisse uma responsabilidade maior no que se refere a garantir e promover o bem-estar social de seu povo. A origem dessa terminologia vem do conceito inglês "*Welfare State*" que segundo Outhwaite e Bottomore (1996) tem origem na Inglaterra e foi proposta no período pós Segunda Guerra Mundial, que após as cicatrizes deixadas pela destruição, miséria e mortes da guerra, foi considerada como solução um maior assistencialismo para sua população.

No que se refere às questões de políticas públicas, nosso país tem um histórico recente que se iniciou no período conhecido como "Era Vargas", período que compreende dos anos de 1930 a 1945.

As primeiras mobilizações correspondentes às políticas públicas no Brasil tiveram origem nas décadas de 1920 e 1930 com os primeiros estudos de fomentação para a aplicação de tais ferramentas do Estado. Partindo do período dos anos de 1920 o Brasil se tratava de um país rural e agrícola, como fomentado pelo censo daquele ano o qual apresenta o dado de que 30% da população brasileira vivia nas cidades e 70% se estabelecia no campo, o que gerava o empecilho de uma maior efetividade de ações do Estado perante a população. Além dessa característica mais rural o caráter tomado pelo governo, tinha como principais aspectos os sistemas desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário, natureza a qual se perpetuou até aproximadamente a década de 80. Assumindo assim o Estado os papéis de promotor do desenvolvimento e não um agente transformador das relações da sociedade. Com tais cunhos conversadores o país seguiu com todo seu foco e esforços no processo de industrialização, processo que tinha como principal objetivo o crescimento econômico com o intuito de elevar o status brasileiro perante ao cenário econômico mundial, sem que houve pouco ou nenhum foco no Estado de Bem-Estar Social ou até mesmo em mudanças na relação Estado-Sociedade. A partir das características e objetivos do Estado da época deu-se início as primeiras medidas e ações dos governantes que pudessem ser tidas como as primeiras políticas públicas de nosso país (BACELAR,2003).

Uma das primeiras políticas públicas foram baseadas no modelo weberiano de governo e vem com a aprovação e fomentação da Consolidação das Leis Trabalhistas, conhecida também como CLT, a qual teve o intuito de garantir maior segurança à classe trabalhadora (PERRY, 1995).

Mais adiante, durante o período da Ditadura Militar brasileira, houve aplicação de algumas medidas governamentais e atos institucionais, tais como o Plano de Ação Economias de Governo (PAEG) que tinha como princípio a contenção da emissão de títulos pelo Estado, que tinha como princípio a contenção da emissão de títulos pelo Estado, na tentativa de contingenciar os gastos das empresas estatais, com o intuito de conter gastos governamentais. Cabe destacar a criação e aplicação dos cinco Atos Institucionais (AI) conhecidos também como AI-1, AI-2, AI-3, AI-4 e o AI-5, que tinham como princípios o controle, intervenção, repressão e domínio, os quais foram extremamente violentos, por parte do Governo Federal sobre Estados, municípios e população (ARAÚJO et al, 2013).

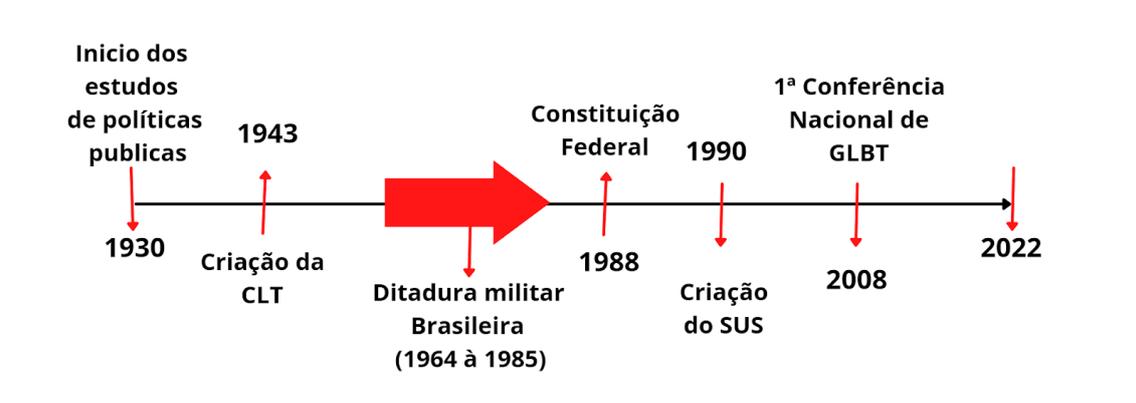
Um dos grandes marcos para a criação e implementação de políticas públicas no Brasil foi a Constituição Federal de 1988, carinhosamente conhecida como "Constituição Cidadã" trazendo como pilares fundamentais: "Estado Democrático de Direito, Soberania Popular, Soberania, Cidadania, Dignidade da Pessoa Humana, Valorização do Trabalho, Livre iniciativa e Pluralismo Político". Vale também destacar alguns artigos e adendos como por exemplo:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I- construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

Com a constituição de 1988 o Brasil confere a saúde um direito universal previsto a toda população residente no país. Então a partir de 1990 ocorreu a criação de uma das

maiores políticas de promoção e cuidado na área da saúde, destacando-se entre as Políticas Públicas de saúde de todo o mundo, o Sistema Único de Saúde, o SUS, o qual é universal, integral e gratuito. Apesar das incontáveis melhorias que o programa sofreu, ele infelizmente carece no atendimento da comunidade LGBTQIAP+, ressalta-se principalmente as violências e abusos médicos nos corpos transexuais e travestis (ANTRA,2020).

Figura 1 - Históricos da Políticas Públicas no Brasil



Fonte: 1 - Elaborado pelo autor, 2023.

No que se refere a diálogos relacionados aos direitos da comunidade LGBTQIAP+, estes têm início a partir de 2002, no Governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a retomada do Programa Nacional de Direitos Humanos. Entretanto, a pauta de diversidade sexual é abordada apenas na segunda versão do documento após 6 anos do primeiro documento. No Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2), o qual trazia 518 ações voltadas para Políticas Públicas, apenas cinco ações contemplavam “Orientação Sexual” com amplitude da “garantia do direito à liberdade, opinião e expressão” e dez eram relativas às “garantia do direito à igualdade” de até o grupo tido como “Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais– GLTTB”, contudo a responsabilidade de assegurar tais “direitos”, assim como o conjunto de diretrizes para a formulação de políticas públicas não foram delegadas a nenhum órgão governamental. Vindo dos movimentos do até então o ex-presidente FHC, o atual governante da época Luís Inácio Lula da Silva. A partir do ano de 2004 foi dado até então um passo transformador para o cenário de políticas para a população LGBTQIAP+, com a criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) no governo de Lula. Diferente das políticas apresentadas anteriormente, o programa apresentava-se com um caráter transversal. Sendo assim é, previa de ações em diversos setores de políticas públicas, como segurança, educação, cultura, entre outras. A organização e movimentação dos grupos e ativistas do movimento foram de extrema importância para a construção do programa em ao menos dois sentidos. Primeiro, ao pressionar o governo a apresentar programas direcionados a pessoas LGBTQIAP+ que não se limitassem ao enfrentamento do HIV-Aids. Segundo, os mesmos tiveram participação ativa na construção do programa, propondo ações baseadas em experiências de governos subnacionais e em suas próprias experiências de militância (MELLO,2012).

#### Realização da 1ª Conferência Nacional GLBT

Até 2008, o governo federal carecia de espaços formais de participação social focados em políticas para LGBTQIAP+. A partir disso, através da movimentação de ativistas, foi possível a realização da 1ª Conferência Nacional GLBT, sigla utilizada à época, a qual tornou-se um marco simbólico na trajetória de luta em virtude da presença

do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do evento, sinalizando publicamente o reconhecimento da relevância das demandas do movimento pelo governo. Conferências de políticas públicas vem com uma ferramenta importante para a visibilidade de grupos sociais marginalizados, pois ajudam a sociedade civil a discutir e apresentar suas demandas aos governos. Já em 2009, tivemos como marco o Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, sendo esse um dos resultados da 1ª Conferência Nacional GLBT foi a construção do Plano Nacional LGBT (Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT), o plano propunha ações que envolviam diversos ministérios e secretarias do governo federal. Entretanto, tal documento estabelecia de forma mais clara responsabilidades e prazos para o cumprimento das ações.

Outro programa de extrema importância criado no mesmo ano foi a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos LGBT, o qual englobava Programas transversais como o Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional LGBT, os quais eram coordenados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. Todavia, até 2009, essa secretaria não contava oficialmente com um órgão destinado à gestão das políticas para LGBTI+, então esse quadro se modificou com a criação da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos LGBT (NEXUS, 2022).

É incabível negar a importância e mudanças sociais realizadas no país na era do Governo Lula - Luiz Inácio Lula da Silva, tido pela edição 2010 *Times* como um dos maiores líderes políticos do mundo. Em seu governo foram criadas políticas públicas fundamentais para a melhoria e promoção do bem-estar por completo, foram criados também os programas Fome Zero, Bolsa Família, Combate à Escravidão, Primeiro Emprego, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, além de outros.

Apesar do grande marco mundial que foi a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no que diz respeito a políticas públicas voltadas para diversidade sexual, o governo Lula seguiu uma linha Neoliberal, trazida já pelos ex presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, de desresponsabilização do Estado na promoção de saúde e bem-estar social com a comunidade LGBTQIAP+, através das doações a Organizações Não Governamentais, ONGs, que buscam dar assistência e visibilidade a comunidade (FROEMMING et al, 2009).

No governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, acompanhamos uma gestão governamental com uma trajetória diferente, o qual tem um longo histórico de ataques às minorias sociais, tendo como principal ferramenta de *marketing* eleitoral as notícias falsas, também conhecidas como "*Fake News*". Já sendo conhecido mundialmente por sua má gestão durante a pandemia do *SARS-COV 2*, o histórico de Bolsonaro na política e com as *fake news*, teve uma crescente relevância em 2018, ano que o mesmo concorreu e foi eleito como presidente da República, com o delírio da uma sociedade conservadora e preconceituosa da chamada "Ideologia de Gênero", a qual foi introduzida pelo Vaticano em 2000, mas disseminada no Brasil principalmente pelo atual presidente e aliados. Com a "*Ideologia de Gênero*", a qual trata-se de ideias de uma propagação de um programa de ensino que "doutrinador" da comunidade LGBTQIAP+, disseminada fortemente ocorrem grandes perseguições e repressão à comunidade LGBTQIAP+, vista como um perigo à sociedade e à "família tradicional brasileira" (CORREIA, 2021).

## Metodologia

A metodologia adotada para a realização do presente trabalho trata-se de uma pesquisa de análise qualitativa de documentos. A pesquisa qualitativa possui diferentes

significados no campo das ciências. Sendo este um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, as quais têm como principal objetivo descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de um determinado fenômeno por parte do pesquisador, os estudos qualitativos são realizados no local de origem dos dados; não impedindo o pesquisador de empregar a lógica do empirismo científico. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho o qual se desenvolve, isto é, o território a ser pesquisado. O trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados (MANNING, 1979).

Os documentos analisados referem-se a artigos e documentos oficiais da União, os quais foram buscados através das plataformas de busca dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - (o qual se trata de um referencial de buscas de grande relevância na academia) e do site do Senado Federal do Brasil (o qual se divide em outras três plataformas de busca, sendo essas: LEXML, uma rede de informações legislativa e jurídica que organiza e integra informações disponibilizadas nos diversos portais de órgãos do governo; SICON, trata-se de uma base de dados do Sistema de Informações do Congresso Nacional contendo toda a Legislação Republicana Brasileira com inclusão dos textos integrais e originais conforme as publicações originais; Bases Históricas, filtra informações sobre Constituição de 1988, outras constituições, documentos oficiais e normas jurídicas.

Na busca realizada nos periódicos CAPES, foram utilizados os caracteres de pesquisa Políticas públicas, LGBTQIAP+, inclusão e diversidade, publicados nos últimos 20 anos, os quais resultaram no número de treze trabalhos, dos quais, três trabalhos atenderam os critérios de relevância para a realização do presente artigo. Sendo os critérios de inclusão: políticas públicas que contemplassem todo o território brasileiro; políticas que contemplem os Direitos Humanos; bem como políticas públicas inclusivas ao grupo de interesse. Quando utilizada a abreviatura da sigla LGBTQIAP+ apenas um trabalho foi encontrado, o que pode indicar que não houve trabalhos recentes na área.

Já para critérios de exclusão foram desconsiderados trabalhos de Políticas Públicas que se referiam exclusivamente a relações de gênero, trabalhos de revisão bibliográfica, trabalhos de biografias, assim como trabalhos desenvolvidos no exterior.

Na busca realizada no site do Senado Federal foram utilizados os caracteres de pesquisa Políticas públicas + LGBTQIAP+, *Diversidade, LGBT e GLS*<sup>2</sup> nas três sub plataformas de busca. Na LEXML foram encontrados seis documentos, mas apenas três eram de relevância Nacional. Já na SICON, foram encontrados três documentos, sendo dois contemplados também na plataforma LEXML. E em relação à plataforma de Bases Históricas não foi encontrado nenhum documento. Os dados encontrados nos artigos que contemplaram os critérios de inclusão foram todos utilizados para a realização do presente trabalho. Através das buscas realizadas no site do Senado, foram utilizados os anais das três Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Outra plataforma de busca utilizada foi a Revista de Políticas Públicas (RPP), a qual circula desde o ano de 1995, que se trata de um periódico acadêmico semestral do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Sendo essa, atualmente, conceito A2 no Sistema Qualis Periódicos na área de Serviço Social atribuído pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (RPP,2022). Nesta plataforma foram utilizados os caracteres de busca "Políticas Públicas + LGBT", o que resultou em um trabalho publicado (RPP, 2022). Já na busca realizada no periódico da PPGPP, foi encontrado apenas um trabalho.

---

<sup>2</sup> Houve diferentes configurações na busca da sigla LGBTQIAP+ devido às mudanças que ocorreram durante a história:

As Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais foram consideradas um grande marco na história da luta dos direitos da comunidade. Inicialmente estava previsto para o presente trabalho analisar as quatro conferências nacionais, entretanto, a quarta conferência foi cancelada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Portanto, foram analisados os anais das três conferências, as quais eram divididas em moções: aprovadas, louvor, reivindicação, repúdio, recomendações e propostas aprovadas. Nesta análise serão destacados os aspectos recorrentes e outros de destaque nos presentes documentos seguindo categorias de análise criadas pelos autores.

As categorias de análises foram segmentadas em diferentes grupos, destacamos que as categorias são intercambiáveis, mas optou-se por apresentar inicialmente a categoria mais ampla, de Direitos Humanos e Cidadania e na sequência, de forma mais específica os Direitos Humanos subdivididos nas categorias de “Saúde e Bem-Estar”, “Educação e Cultura”. Em cada uma delas são abordadas informações contidas nos anais, enfatizando aquelas que tiveram maior relevância para a Conferência e para a realização do presente trabalho.

#### a. Direitos Humanos e Cidadania

No que se refere aos Direitos Humanos, as principais moções estão relacionadas a questões de segurança e combate à violência contra a comunidade, seja através da criação de medidas legislativas assim como a PLC Nº 122/2006 e a PEC (SF) 111/2011 as quais alteram o artigo 3º da Constituição, para incluir: “[...] sem preconceitos relativos à identidade de gênero ou orientação sexual”. Além disso, as questões de preconceito que muitas vezes levam à invisibilização ou a micro e macro agressões voltadas ao reconhecimento dos indivíduos também recebem destaque. A título de exemplo, situações relacionadas a pessoas travestis e transexuais, grupos que sofrem violentamente com a invisibilização de sua subjetividade. Como medida para minimizar tais violações vem a Lei de Identidade de Gênero que visa garantir às pessoas trans (travestis e transexuais) nome civil em seus documentos, bem como mudança de gênero.

Dentre as moções de apoio à revogação do Art. nº 235 do Código Penal Militar (Dec. 1001/69) que criminaliza a “pederastia” (descrito como o ato de “libidinagem homossexual”) se praticados dentro de instalações militares punida com pena de 6 meses a 1 ano de reclusão, questiona-se o fato de o mesmo Artigo não citar ou punir os atos heterossexuais, o que por sua vez acaba por reforçar a homofobia estrutural presente.

Em relação à aprovação do PL 1151/95, esta visava a legitimação da união civil entre pessoas do mesmo sexo e identidade de gênero, ampliando e fugindo do paradigma da constituição da família mononuclear formada por apenas “pai, mãe e filhos”, abrindo assim a legitimação de todas as constituições amplas de família.

Nas moções de reivindicação, duas temáticas se mostraram presentes nas três conferências, sendo estas:

- Pedido de um maior afastamento entre a igreja e o Estado democrático, a fim de garantir a independência e neutralidade completas entre eles, sendo o último de caráter Laico;
- Pedido da descriminalização do aborto, pois aos membros presentes trata-se de uma questão de saúde pública, que além de se tratar de uma forma de dominação do Estado sobre pessoas com útero, sendo tal assunto por

vezes tratado como pauta ideológica e não como assunto de importância sanitária e de saúde.

#### b. Saúde e Bem-Estar

O que tange aos programas voltados à saúde e à promoção da saúde constata-se a existência de alguns programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação e da Saúde há alguns anos, no entanto, estas ações têm sofrido inconstância conforme as mudanças nas linhas de frente, engajamento, levantamento de dados de propagação, como por exemplo de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Não à toa, na 3ª conferência nacional de GLBT, entre as propostas aprovadas constam os verbos fortalecer e incentivar ao referir o “Programa Saúde na Escola” no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, assim como as questões de promoção, prevenção e assistência para enfrentar o crescimento das ISTs junto aos adolescentes e jovens.

Outra instância de garantia das temáticas de Gênero, Diversidade Sexual e Identidade de gênero (previstos na mesma conferência) sofreram drásticas reduções de investimento no último governo, 2018-2022. A título de exemplo, a SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade foi reconfigurada, extinguindo algumas áreas de atuação do governo anterior.

Ainda em relação à Saúde e Bem Estar, uma pauta que se demonstra presente nas três conferências está diretamente relacionada às pessoas transexuais e travestis, a qual aparece com dois pontos de extrema relevância: o primeiro diz respeito a busca por uma maior democratização do processo transexualizador assim como uma cobrança legítima na capacitação dos profissionais da saúde em todos os níveis para atender, cuidar e proporcionar um atendimento humanitário sem qualquer tipo de constrangimentos e violências médicas. Outras medidas que aparecem constantemente no documento vêm ao encontro das políticas de promoção, prevenção, combate e tratamento das infecções sexualmente transmissíveis, ISTs, principalmente visando a juventude, através da disseminação de informações a respeito das infecções, seus tratamentos, assim como as medidas de profilaxia.

#### c. Educação e Cultura

A temática da Educação mostrou-se presente na 3ª conferência nacional LGBT a partir de moções para realizar e promover formações continuadas para agentes públicos das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública e direitos humanos em âmbito nacional, estadual, municipal e distrital que englobasse os seguintes eixos temáticos: etnia, gênero, lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia, orientação sexual, identidade de gênero e diversidade religiosa.

Nesta conferência também houve pedidos para a criação de campanhas de enfrentamento da vulnerabilidade de crianças e jovens diante de sua orientação sexual e identidade de gênero, o reforço e a priorização ao combate ao abuso e à exploração sexual. Em relação à educação vale ressaltar também o trabalho encontrado nos Periódicos CAPES, já citado anteriormente, *Ensino, tecnologia e preconceito: diário de campo em uma escola destinada ao público LGBTTT no Brasil*, o qual traz as vivências e experiências da Escola E-JOVEM, voltada para o público gay do Brasil, instalada na cidade de Campinas, interior de São Paulo, sendo essa uma criação oriunda do Projeto Brasil Homofobia.

A temática da Cultura está presente no documento com a menção de realização de campanhas permanentes de visibilidade positiva, combate à discriminação e estímulo a denúncias de violações, ampliando o acesso à justiça da população LGBT através das Defensorias Públicas, por meio de um plano de comunicação estratégica, para serem veiculadas na televisão aberta, bem como inserir a temática LGBT nos editais de produção cultural já existentes e na criação de novos editais para o segmento LGBT. Outra medida importante diz respeito às campanhas midiáticas e incentivo à permanência de pessoas trans e travestis no âmbito escolar e acadêmico.

## CONCLUSÃO

A construção histórica social da homofobia vem de uma raiz de preconceitos muito ligados às religiões de matriz judaico cristãs, assim como sua relação de influência sobre o Estado democrático, o qual deveria manter caráter laico. Estas religiões promoveram um longo histórico de propagação da violência e exclusão da comunidade LGBTQIAP+, o que pode ser visto hoje através de isenção total ou parcial do Estado brasileiro diante de assuntos de extrema importância que afetam diretamente a vida de milhares de pessoas.

Um dos outros principais fatores que impedem a criação, implementação e permanência de Políticas Públicas voltadas à diversidade sexual no país, vem muito da invisibilização e falta do reconhecimento da cidadania da pessoa LGBTQIAP+, sendo estes oriundos de um longo período de lutas para garantir direitos básicos do cidadão. A título de exemplo, a utilização de um nome que não apague sua subjetividade ou gere desconforto, junto com atendimento a serviços de saúde que por muitas vezes geram constrangimento, vexame, humilhação e macro e micro agressões médicas.

As diversas identidades e orientações de gêneros que fogem do que se tem dito como “normalidade” passaram por diversas instâncias históricas, sendo consideradas um pecado no campo da teologia; um crime no âmbito jurídico; uma doença e um desvio psicológico para a medicina (FREIRE, L & CARDINALI, D. 2012). Estes aspectos podem ser associados com a teoria de Michel Foucault, autor que compreende a sexualidade como uma ferramenta de dominação, o conceito de biopoder, muito importante para Foucault, representa um jogo de forças constantemente alterado e alterável pelas relações entre os sujeitos, entre grupos de sujeitos. Ele afirmou a sua onipresença, ressaltando que o poder está em toda a parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1977).

Podendo assim concluir que a falta de políticas públicas realmente efetivas no Brasil, parte de uma construção histórica baseada em preconceitos de gênero, sexo e orientação sexual. Assim como uma ferramenta para subjugar, controlar e marginalizar toda expressão da sexualidade que fuja da heteronormatividade, bem como para manter os privilégios vindos com a mesma. O que nos leva a concluir que apesar da grande e longa história de luta do movimento LGBTQIAP+ ainda há muito pelo que lutar, principalmente pela visibilidade e validação da existência como indivíduos e cidadãos com todos os direitos e deveres previstos na declaração universal dos direitos humanos, bem como na Constituição Federal de 1988.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M.P. et al. Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Ponteio, 2013.
- Assessoria de Comunicação do IBDFAM (com informações do Grupo Gay da Bahia).2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Secretária Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CORRÊA, S. Notas Mínimas sobre "Ideologia de Gênero". Revista Cult Uol.5 de mai de 2021.

Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, I, Anais, 2008, Brasília - DF.

Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, II, Anais, 2011, Brasília - DF

Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, III, Anais, 2016, Brasília - DF

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis, Ed. Vozes.1977.

FREIRE,L. CARDINARI, D. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINOAMERICANA ISSN 1984P6487 / n.12 P dec. 2012 P pp.37 P63.

FROEMMING, C.N. et al. GÊNERO E SEXUALIDADE NA PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Revista de Políticas Públicas. pág 161-172. São Luís, Maranhão. 2010

FROEMMING, R. O Sujeito de Direitos de fora da Heterossexualidade: Diversidade Sexual e Políticas de Assistência Social. PUCRS: Dissertação (Mestrado em Serviço Social).Porto Alegre - RS,2009.

KRIPKA. R. M. SCHELER.M. BONOTTO. D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. Investigaçao Qualitativa em Educaçao //Investigación Cualitativa en Educaci3n//Volume 2. 2015.

LEITE JÚNIOR, A. D. Desenvolvimento e mudanç as no estado brasileiro. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administraçao/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 90p. il.

MAANEN, John, Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4,December 1979 a, pp 520-526. The fact of fiction in organizational ethnography, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4,December 1979b, pp. 539-550.

MANNING, Peter K., Metaphors of the field: varieties of organizational discourse, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, December 1979, pp. 660-671.

NEVES, J. L. PESQUISA QUALITATIVA – CARACTERÍSTICAS, USOS E POSSIBILIDADES. FEA-USP. CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO, SÃO PAULO, V.1, Nº 3, 2º SEM./1996.

OLIVEIRA, C.B. SPAREMBERGER, R.F.L. Para Além da Heterossexualidade: Um Olhar Para a Dignidade, Inclusão e Políticas Públicas dos Cidadãos com Orientações Sexuais Diversas. XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2015.

OUTHWAITE, W. BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.

Organizaçao Mundial de Saude, Definiçao de Saude.2000.

PERRY, A. Balanço do Neoliberalismo. Pós- Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, 1995.

PINHEIRO JÚNIOR, F. A. F. S. .A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: o período de 1930 a 2010. São Paulo, 2012.

**Violência – Associação Nacional de Travestis e Transexuais.** Disponível em: <<https://antrabrazil.org/category/violencia/>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

Gabriel Loqueti Oliveira

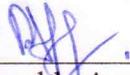
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS INVISÍVEIS: A isenção do  
Estado perante a comunidade LGBTQIAP+**

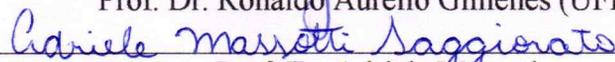
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas -  
Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza - PR, como  
requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup> Dra Mariane Inês Ohlweiler

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca  
em: 03/02/2023

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ronaldo Aurelio Gimenes (UFFS)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Es. Adriele Massoti

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra Mariane Inês Ohlweiler - UFFS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3128  
prograd.dbib@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

TERMO DE PERMISSÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO

1 DADOS PESSOAIS DO AUTOR

Nome Civil: Gabriel Loqueti Oliveira

Nome Social: \_\_\_\_\_

CPF: 41012191242 E-mail: gabriel.loqueti@estudante.uffs.edu.br

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: (18) 988043871

Vínculo do Autor com a Instituição: ( ) Docente ( ) Técnico Administrativo  Acadêmico

Campus: Realiza

2 TIPO DE DOCUMENTO

( ) Texto (deve ser enviado em PDF-A) Assinale abaixo o tipo de texto do documento

( ) Tese ( ) Dissertação ( ) Monografia ( ) E-book  Artigo científico

( ) Artigo de periódico ( ) Artigo de evento ( ) outro. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Áudio (deve ser enviado em MP3)

( ) Vídeo (deve ser enviado em MOV)

( ) Imagem (deve ser enviado em TIFF ou JPEG)

Título: Políticas Públicas para grupos  
invisíveis: A isenção do Estado perante a  
comunidade LGBTQIAP+



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DIVISÃO DE BIBLIOTECAS  
Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3128  
prograd.dbib@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

**2.1 Em caso de Tese ou Dissertação, Informe:**

Programa de Pós-Graduação \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Agência de Fomento: ( ) CAPES ( ) CNPq ( ) FAPESC Outra: \_\_\_\_\_

**2.2 Em caso de Trabalho de Conclusão de Curso, informe:**

Curso: \_\_\_\_\_

Campus: \_\_\_\_\_

**3 PERMISSÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO**

- Total  
 Restrito  
 Embargo. Quantos anos? \_\_\_\_\_

Em caso de acesso restrito ou embargo ao documento, faz-se necessário a apresentação de documento que comprove a pesquisa envolvendo patentes, segredo industrial ou uma futura publicação (ex: carta de aceite de artigo em periódico científico; memorando do orientador informando que a pesquisa envolve segredo industrial).

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho citado, em consonância com a Lei nº 9610/98, autorizo a Biblioteca da UFFS a disponibilizar gratuitamente, por tempo indeterminado, em sua fonte de informação institucional on-line, sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria. Também concedo à biblioteca, a escolha do formato de disponibilização do conteúdo que julgar ser o mais adequado, para possibilitar seu acesso por meio de áudio, visualização, leitura, impressão e/ou download, conforme permissão assinalada. Quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de minha inteira responsabilidade.

Realiza \_\_\_\_\_, 02 de março de 2023  
Local

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Gabriel Loqueti Oliveira

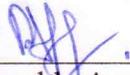
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS INVISÍVEIS: A isenção do  
Estado perante a comunidade LGBTQIAP+**

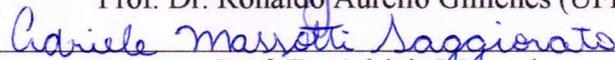
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas -  
Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza - PR, como  
requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup> Dra Mariane Inês Ohlweiler

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca  
em: 03/02/2023

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ronaldo Aurelio Gimenes (UFFS)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Es. Adriele Massoti

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra Mariane Inês Ohlweiler - UFFS

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

, Gabriel Loqueti Oliveira  
Políticas Públicas para grupos invisíveis: A isenção  
do Estado perante a comunidade LGBTQIAP+ / Gabriel  
Loqueti Oliveira . -- 2023.  
13 f.:il.

Orientadora: Doutora Mariane Inês Ohlweiler

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Ciências Biológicas, Realeza, PR, 2023.

1. Políticas Públicas. 2. Inclusão LGBTQIAP+. I. ,  
Mariane Inês Ohlweiler, orient. II. Universidade Federal  
da Fronteira Sul. III. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3128  
prograd.dbib@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

TERMO DE PERMISSÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO

1 DADOS PESSOAIS DO AUTOR

Nome Civil: Gabriel Loqueti Oliveira

Nome Social: \_\_\_\_\_

CPF: 41012191242 E-mail: gabriel.loqueti@estudante.uffs.edu.br

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: (18) 988043871

Vínculo do Autor com a Instituição: ( ) Docente ( ) Técnico Administrativo  Acadêmico

Campus: Realiza

2 TIPO DE DOCUMENTO

( ) Texto (deve ser enviado em PDF-A) Assinale abaixo o tipo de texto do documento

( ) Tese ( ) Dissertação ( ) Monografia ( ) E-book  Artigo científico

( ) Artigo de periódico ( ) Artigo de evento ( ) outro. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Áudio (deve ser enviado em MP3)

( ) Vídeo (deve ser enviado em MOV)

( ) Imagem (deve ser enviado em TIFF ou JPEG)

Título: Políticas Públicas para grupos  
invisíveis: A isenção do Estado perante a  
comunidade LGBTQIAP+

Gabriel Loqueti Oliveira

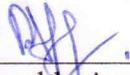
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS INVISÍVEIS: A isenção do  
Estado perante a comunidade LGBTQIAP+**

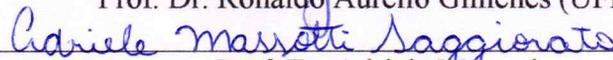
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas -  
Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza - PR, como  
requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup> Dra Mariane Inês Ohlweiler

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca  
em: 03/02/2023

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ronaldo Aurelio Gimenes (UFFS)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Es. Adriele Massoti

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra Mariane Inês Ohlweiler - UFFS